

APÊNDICE D

PROCEDIMENTO PADRÃO PARA REGULARIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PUBLICIDADE

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●]/2018

1. Sumário

1.	Sumário	2
2.	Lista de Figuras.....	3
3.	Introdução.....	4
4.	Definição	5
5.	Especificações.....	8
5.1	Projeto.....	8
5.2	Critérios Básicos	11
5.3	Especificações Técnicas.....	12
5.4	Conteúdo a Ser Veiculado	18
6.	Mensagens Educativas	21
7.	Normas e Legislações	23

2. Lista de Figuras

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Publicidade.	7
Figura 2 - Esquema Ilustrativo – Altura permitida para dispositivos a 1,20 m do acostamento ou dispositivo de segurança presente no local.	13
Figura 3 - Esquema Ilustrativo – Altura permitida para dispositivos com distâncias inferiores a 1,20 m do acostamento ou dispositivo de segurança presente no local.....	14
Figura 4 - Esquema Ilustrativo – Angulações permitidas.	14
Figura 5 - Esquema Ilustrativo – Medição da angulação em curvas.	15
Figura 6 - Esquema Ilustrativo – Distâncias mínimas exigidas.	16
Figura 7 - Esquema Ilustrativo – Exibição de mensagens educativas.	19

3. Introdução

O presente APÊNDICE objetiva definir os procedimentos, a documentação técnica e normas e regulamentos técnicos a serem obedecidos para a solicitação de ocupação da faixa de domínio do trecho objeto deste EDITAL para exploração comercial de publicidade.

O presente APÊNDICE é dividido nas seguintes seções:

Introdução: apresenta o objetivo da utilização deste APÊNDICE;

Definição: caracteriza os conceitos utilizados para efeitos de uso do APÊNDICE;

Especificações: composto por três seções, cujo objetivo é detalhar sobre a exploração a que se destina esse APÊNDICE:

Projeto – lista dos estudos a serem apresentados em conformidade com a CONCESSIONÁRIA;

Critérios básicos – apresenta as orientações básicas para exploração de publicidade na faixa de domínio;

Especificações Técnicas – apresenta as especificações técnicas para orientação da construção e implantação dos dispositivos publicitários;

Conteúdo a ser veiculado – apresenta as regras sobre os anúncios que serão veiculados nos dispositivos publicitários;

Normas e Legislações: lista as normas e legislações consideradas para elaboração deste APÊNDICE.

4. Definição

Para fins de utilização deste documento devem ser aplicadas as seguintes definições:

Faixa de Domínio:

Define-se como “Faixas de Domínio” a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, com limites definidos conforme Projeto Executivo da rodovia.

Conforme o Art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Ocupação da Faixa de Domínio:

Uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio.

Ocupação Longitudinal:

Qualquer tipo de instalação ou obra, implantada ao longo das faixas de domínio das rodovias federais.

Ocupação Pontual:

Qualquer tipo de instalação ou obra, implantada em um ponto localizado nas faixas de domínio das rodovias federais ou em outros bens públicos.

Ocupação Transversal (Travessia):

Qualquer tipo de instalação ou obra que atravessa as rodovias federais.

Publicidade:

Para fins deste APÊNDICE, define-se como Publicidade a técnica de comunicação em massa constituída por mensagens em qualquer idioma, desenhos, imagens ou símbolos, objetivando a divulgação de produtos ou serviços específicos ou informações de interesse público em geral.

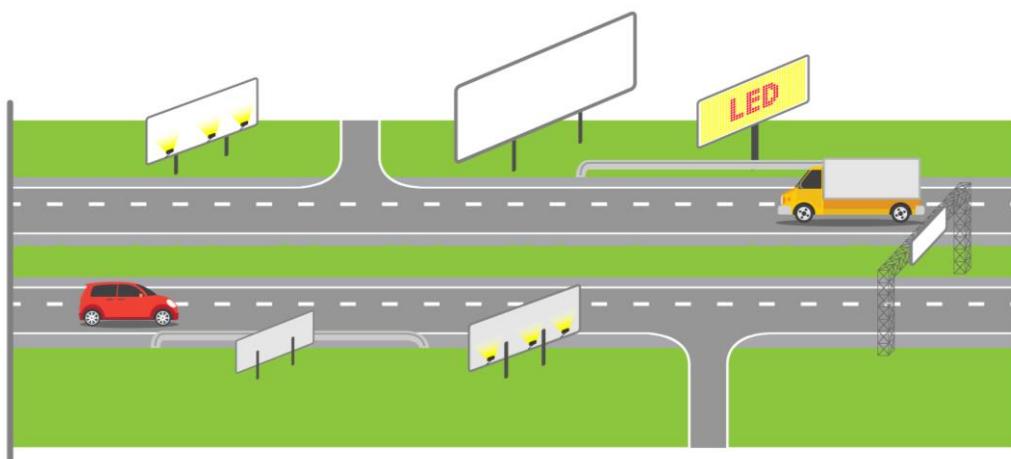
Consideram-se dispositivos publicitários qualquer meio utilizado para veicular mensagens de propaganda ou de identificação de estabelecimentos, colocados em qualquer ponto visível aos usuários da rodovia. Estes podem ser dos seguintes tipos:

- i. **Painel ou Placa:** É a denominação genérica de qualquer dispositivo publicitário destinado a expor a publicidade visual ao longo das rodovias;
- ii. **Painel Simples ou "Outdoor":** É o painel que não contém iluminação;
- iii. **Painel Eletromecânico:** Tipo de "Outdoor" com tecnologia mecânica para mudança do espaço publicitário. É controlado eletricamente, em que um painel é capaz de expor mais de uma propaganda publicitária, alternadamente conforme tempo pré-determinado;
- iv. **"Front-Light":** Painel de estrutura metálica no qual se fixa a propaganda impressa onde a iluminação da arte é externa e frontal;
- v. **"Back-Light":** Painel de estrutura metálica no qual se fixa a propaganda impressa onde a iluminação vem por dentro da estrutura (interna), por trás da lona;
- vi. **Painel Eletrônico:** é o painel "back-light" dotado de dispositivo que permite a veiculação de mensagens alternadas. Controlado eletronicamente, é normalmente construído com tecnologia de painel de lâmpadas do tipo "led";
- vii. **Anúncios instalados em equipamentos auxiliares:** tais como painéis de preços de postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais, cabines telefônicas e abrigos de parada de ônibus, em passarelas, viadutos, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e etc.;
- viii. **Pórticos:** são estruturas que permitem a instalação de painéis sobre a via (aéreo).

Os painéis podem ser classificados em:

- i. **Indicativos:** identificam a localidade ou a atividade exercida no local em que estiverem instalados.
- ii. **Publicitários ou de propaganda:** divulgam mensagens de serviços ou produtos de empresas ou entidades.
- iii. **Provisórios:** contém mensagens com prazo de exposição não superior a 6 (seis) meses não prorrogáveis.

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Publicidade.



5. Especificações

5.1 Projeto

Deverá ser apresentado projeto de implantação do(s) dispositivo(s) publicitário(s) devidamente assinado(s) por engenheiro registrado no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/ CREA), contendo:

- 5.1.1 Planta baixa e de perfil, em escala compatível, da referida ocupação, com indicação da implantação em relação à faixa de domínio da rodovia, com coordenadas georreferenciadas, contendo ainda a representação cadastral de um trecho de 50 m (cinquenta metros) nos dois sentidos do eixo longitudinal da rodovia até o limite da Faixa de Domínio, identificando a sinalização, as edificações e os demais dispositivos publicitários existentes e indicação dos afastamentos horizontais e verticais.
- 5.1.2 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida por profissional inscrito no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), ou, alternativamente, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido por profissional inscrito no Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), para identificação do responsável pela supervisão técnica de instalação e de serviço do(s) painel(is) eletrônico(s).
- 5.1.3 Limites referenciais das faixas de domínio cotados em relação ao eixo da rodovia, acompanhados de memorial descritivo.
- 5.1.4 Fotos (no mínimo uma panorâmica e uma localizada) indicando o ponto exato de implantação da(s) placa(s).
- 5.1.5 Imagem aérea (preferencialmente Google Earth) com o ponto georreferenciado de implantação da(s) placa(s).
- 5.1.6 Detalhamento da estrutura de sustentação do dispositivo incluindo especificações dos materiais e detalhes de fixação.
- 5.1.7 Projeto de Sinalização da obra de acordo com os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do DENATRAN e quando for o caso, Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738/DNIT.
- 5.1.8 Projeto de Terraplenagem (quando houver movimentação de terra).

- 5.1.9 Cronograma de execução dos serviços considerando possíveis interferências com o tráfego normal da via e com a infraestrutura no local ou bens públicos.
- 5.1.10 Memorial descritivo do(s) dispositivo(s) publicitário(s) proposto contendo desenho reduzido do(s) mesmo(s), em papel tamanho A-4, apresentando uma visão geral do(s) dispositivo(s), as dimensões principais, o conteúdo a ser veiculado, as partes com imagens alteráveis e/ou eletrônicas, quando for o caso, bem como, cores, molduras, iluminação, etc.
- 5.1.11 Projeto Elétrico (plantas, elevações e especificações dos equipamentos e materiais aplicados), quando for o caso.
- 5.1.12 Laudo técnico emitido por profissional inscrito no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA / CREA), ART, ou no Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo (CAU / BR), que contenha, dentre outras informações:
- i. A quantidade de candelas por metro quadrado (cd/m^2) emitida pelo(s) dispositivo(s) luminoso(s), quando for o caso;
 - ii. Declaração de que a intensidade de brilho máxima de operação do(s) painel(is) eletrônico(s) está em conformidade com os padrões de referência contidos no capítulo 5 deste APÊNDICE, para as quatro fases do dia (amanhecer, dia, anoitecer e noite), quando for o caso.
- 5.1.13 As fases do dia serão definidas com base nos horários do nascer e pôr do sol previstos para a localidade em que for instalado o(s) painel(is) eletrônico(s), devendo ser obtidos diariamente na página eletrônica do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET:
- i. Considera-se amanhecer o período que compreende 1 (uma) hora anterior e 1 (uma) hora posterior ao nascer do sol;
 - ii. Considera-se dia o período posterior ao amanhecer e anterior ao anoitecer;
 - iii. Considera-se anoitecer o período que compreende 1 (uma) hora anterior e 1 (uma) hora posterior ao pôr do sol;
 - iv. Considera-se noite o período posterior ao anoitecer e anterior ao amanhecer.
- 5.1.14 Apresentação de todas as licenças necessárias à realização das obras e operação das instalações, expedidas por entidades Federais, Estaduais e Municipais. Incluem-se aqui as licenças ambientais pertinentes.

- 5.1.15 Para qualquer execução de serviços na faixa de domínio da rodovia, o interessado deverá dispor de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados para seus funcionários, conforme a Norma Regulamentadora 6 – NR 6 do Ministério do Trabalho e suas atualizações e outras legislações vigentes.
- 5.1.16 Deverão ser propostas contramedidas de segurança de forma a eliminar, ou minimizar, a probabilidade de ocorrência de acidentes ou a redução da sua severidade devido à implantação do dispositivo(s) publicitário(s). Essas contramedidas serão avaliadas e estarão sujeitas a aprovação da CONCESSIONÁRIA. Referências nacionais e internacionais deverão ser utilizadas para a proposição das contramedidas, tais como as publicações do DNIT, do FHWA (Federal Highway Administration), iRAP (International Road Assessment Programme), Norma NBR 15486 ABNT, dentre outras. Dentre as contramedidas a serem consideradas, destacam-se as seguintes, mas não se limitando a:
- i. As estruturas de postes, suportes e quaisquer outros elementos físicos similares deverão ser instaladas a uma distância convenientemente segura das bordas dos passeios, dos meios-fios ou das pistas de rolamento;
 - ii. Instalação de defensas metálicas, semi-maleáveis, simples ou duplas, ou outro dispositivo de contenção viária de acordo com as Normas NBR 6970 e 6971 da ABNT;
 - iii. Instalação de barreiras de concreto a depender da situação;
 - iv. Instalação de sonorizadores/vibradores no acostamento a depender da situação, dentre outras contramedidas a serem aplicadas;
 - v. Poderão ser aproveitadas as contramedidas de segurança presentes no local.
- 5.1.17 Para a apresentação do projeto, deverão ser consideradas as seguintes definições:
- i. As plantas do projeto deverão ser confeccionadas, necessariamente, em folhas no formato A-3 ou A-1, devendo apresentar na folha de rosto um espaço para anotação da decisão da CONCESSIONÁRIA, com dimensões de 10 x 16,5 cm (maior largura na horizontal);
 - ii. A apresentação do projeto deverá ser em 03 (Três) vias, contendo o nome, assinatura, qualificação e o número do CREA do profissional responsável técnico;
 - iii. Os projetos e seus complementos deverão ser assinados pelo responsável técnico, com seus respectivos números de CREA e ART, conforme resolução nº 257, de 19/09/78, do CONFEA, ou posteriores alterações;

- iv. De acordo com o porte do empreendimento, para a execução das obras, deverá ser apresentado o Engenheiro de Segurança responsável pelo acompanhamento de todos os serviços e ART;
- v. O projeto e documentação também deverão ser entregues em mídia eletrônica, gravados nos formatos .PDF e .dwg (Cad);
- vi. Caso haja algum ajuste durante a implantação, de comum acordo com a Unidade Local que fiscalizará a implantação, deverá ser apresentado o “As Built”. Todas as alterações de projeto deverão ser previamente submetidas à CONCESSIONÁRIA para análise e autorização;
- vii. Se, durante a vigência do cadastramento, algum dos profissionais referidos nos itens anteriores for substituído, deverá o interessado providenciar o envio para à CONCESSIONÁRIA da cópia do registro do novo profissional, junto ao respectivo órgão citado no mesmo inciso.

5.2 Critérios Básicos

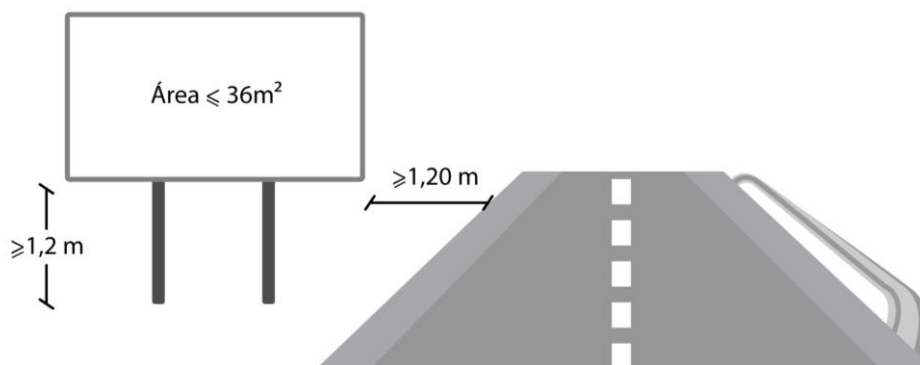
- 5.2.1 Toda publicidade ou propaganda em dispositivos publicitários deverá ser redigida de acordo com as normas da língua portuguesa e não poderá conter expressões que atentem contra a moral e à ordem pública. Também será proibida a divulgação de bebidas alcoólicas.
- 5.2.2 As placas devem ser confeccionadas utilizando-se materiais e tecnologias que mantenham o nível de atualização tecnológica nacional ou internacional.
- 5.2.3 Os dispositivos publicitários não podem apresentar estrutura com partes móveis ou ter sua face colocada paralelamente ao eixo da rodovia, exceto quando se tratar de anúncios afixados em equipamentos auxiliares (Pontos de ônibus, telefones públicos, etc.).
- 5.2.4 Os painéis deverão ter suporte preferencialmente monotubular, com estrutura suficientemente segura, cujo projeto deverá ser submetido à análise da CONCESSIONÁRIA. Toda estrutura proposta será analisada e deverá ser indicado o responsável técnico, inclusive ART.
- 5.2.5 As formas de publicidade não autorizadas já existentes e que estejam de acordo com as recomendações deste APÊNDICE podem ser regularizadas.

- 5.2.6 Os painéis que possuem mais de uma face para veiculação dos anúncios, deverão seguir as recomendações deste APÊNDICE e receberão tratamento específico na remuneração.

5.3 Especificações Técnicas

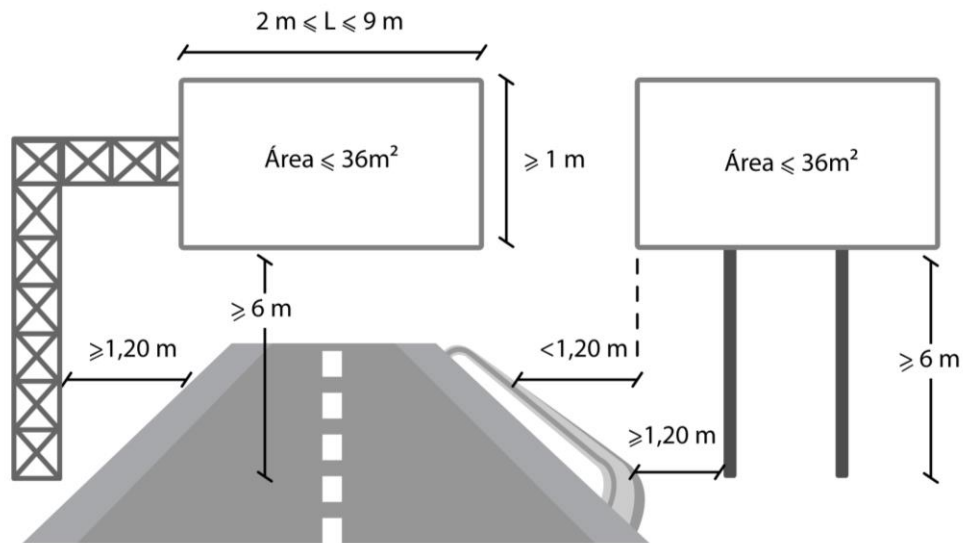
- 5.3.1 No caso de painel eletrônico, a quantidade de brilho máximo a ser emitida terá como referência os seguintes parâmetros:
- i. Seiscentas candelas por metro quadrado (600 cd/m^2), nas fases do amanhecer e anoitecer;
 - ii. Seis mil candelas por metro quadrado (6.000 cd/m^2), durante o dia;
 - iii. Quinhentas candelas por metro quadrado (500 cd/m^2), durante a noite.
 - iv. O controle gradual da luminosidade deverá ser através de sensores de acordo com a luminosidade do ambiente.
- 5.3.2 Alguns critérios técnicos deverão ser observados para a determinação das condições mais adequadas para a instalação das estruturas destinadas à veiculação de mensagens publicitárias, exceto em casos de interesse da melhoria das condições gerais de segurança e circulação do trânsito:
- i. Os painéis não podem provocar reflexos, nem ser iluminados por pisca-pisca ou luzes intermitentes ou conter sinais de trânsito, mesmo com formas adaptadas ou alteradas, exceto quando se tratar de mensagem institucional educativa ou de advertência.
 - ii. A iluminação dos painéis deve ser projetada de tal forma que os raios ou feixes de luz não sejam dirigidos a qualquer parte da pista de rolamento ou do acostamento.
 - iii. As cores utilizadas como fundo visível das mensagens devem ser diferentes das cores utilizadas nas placas de sinalização de trânsito.
 - iv. Para a definição dos locais onde poderão ser instaladas as estruturas destinadas à veiculação de mensagens publicitárias, deverão ser obedecidas as seguintes indicações:
 - Na fixação de painéis, deverá ser observada uma altura livre mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros) entre a borda inferior do elemento de publicidade e a superfície da pista de rolamento da rodovia, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Esquema Ilustrativo – Altura permitida para dispositivos a 1,20 m do acostamento ou dispositivo de segurança presente no local.



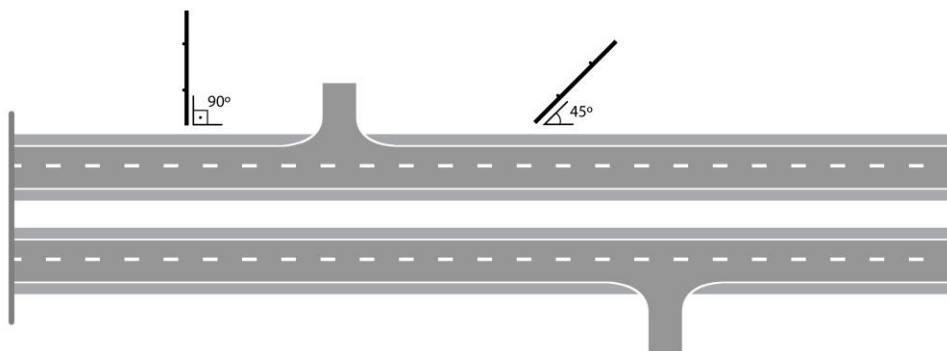
- A altura mencionada no item anterior deverá ser respeitada para dispositivos que possuam um afastamento mínimo de 1,20 m (um vírgula vinte metros) da pista de rolamento, borda externa do acostamento ou dos dispositivos de segurança presentes no local a contar da parte mais externa do dispositivo de publicidade, conforme ilustrado na Figura 2. Os dispositivos que não respeitarem o afastamento mínimo, deverão obrigatoriamente, estarem a uma altura mínima de 6,0 m (seis metros) entre a borda inferior do elemento de publicidade e a superfície da pista de rolamento da rodovia, incluindo aqui qualquer tipo de dispositivo, conforme ilustrado na Figura 3;
- Na fixação de painéis em pórticos ou semipórticos deverá ser observada uma altura livre mínima de 6,0 m (seis metros) entre a borda inferior do elemento de publicidade e a superfície da pista de rolamento da rodovia, conforme ilustrado na Figura 3;
- Os pilares de sustentação dos dispositivos de publicidade deverão estar a uma distância mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros) da pista de rolamento, borda externa do acostamento ou dos dispositivos de segurança presentes no local para dispositivos instalados nas faixas laterais ou em canteiros centrais e laterais, conforme ilustrado na Figura 3;

Figura 3 - Esquema Ilustrativo – Altura permitida para dispositivos com distâncias inferiores a 1,20 m do acostamento ou dispositivo de segurança presente no local.



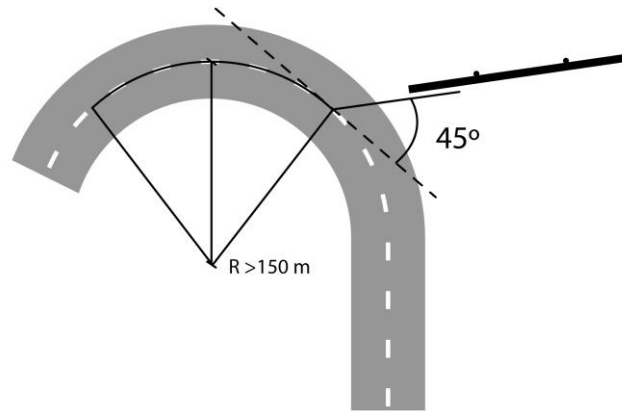
- Os painéis deverão ser fixados formando um ângulo mínimo de 45º (quarenta e cinco graus) e máximo de 90º (noventa graus) em relação ao eixo longitudinal da rodovia, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Esquema Ilustrativo – Angulações permitidas.



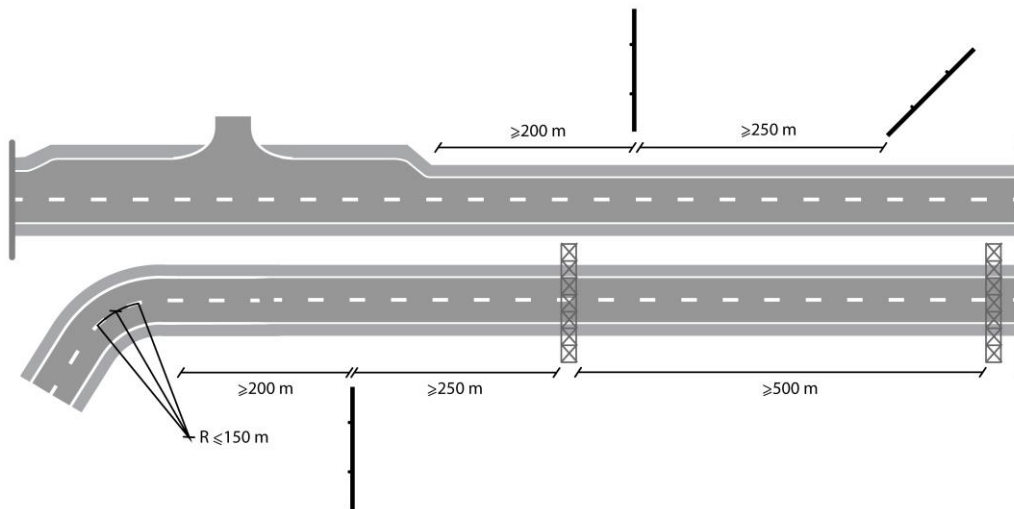
- A aferição do ângulo de dispositivos instalados em curvas deverá ser realizada em relação a uma linha tangente a curva, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Esquema Ilustrativo – Medição da angulação em curvas.



- Os anúncios não poderão ser inscritos ou aplicados em árvores ou qualquer tipo de vegetação, cercas, porteiros, postes, barrancos, pedras, etc.
- v. Deverão ser adotadas as seguintes distâncias mínimas para a implantação de painéis publicitários, conforme ilustrado na Figura 6:
 - 200 m (duzentos metros):
 - Do início da faixa de desaceleração e após o final da faixa de aceleração de trevos e retornos oficiais;
 - De curvas com raio inferior ou igual a 150 m (cento e cinquenta metros) e de túneis;
 - De postos de policiamento, postos de pesagem ou de controle e locais concentradores de acidentes ou considerados como pontos críticos.
 - 250 m (duzentos e cinquenta metros) entre dois dispositivos publicitários orientados para o mesmo sentido de tráfego, exceto no caso de pórticos e semipórticos, que deverão respeitar distância mínima de 500 m (quinhentos metros) de outro pórtico ou semipórtico.

Figura 6 - Esquema Ilustrativo – Distâncias mínimas exigidas.



- Instalação de painéis em zonas urbanas com velocidade máxima permitida inferiores a 60 km/h que demandam distâncias inferiores às mencionadas neste item, deverão ser justificados e estarão sujeitas a avaliação do DNIT.
- vi. Com relação a dispositivos publicitários, não é permitido:
- A indicação da localização do estabelecimento cujo acesso à rodovia seja irregular ou clandestino;
 - A implantação de elementos de publicidade em locais que possam impedir a visualização de pontos de excepcional valor paisagístico ou em locais que exijam o sacrifício de espécies vegetais protegidas por lei ou que possam contribuir para alterar o meio-ambiente ou comprometer o equilíbrio ecológico;
 - Que o dispositivo publicitário interfira na visibilidade do usuário sobre a via. A localização do dispositivo será objeto de análise da CONCESSIONÁRIA nos aspectos de preservação da segurança local;
 - Que o dispositivo publicitário interfira na visualização das placas de sinalização de trânsito;
 - A implantação de painéis publicitários em pontos considerados críticos.
 - A Implantação de dispositivos publicitários que apresentem superfície visual (superfície de veiculação da publicidade):
 - Com largura inferior a 2,0 m (dois metros) ou superior a 9,0 m (nove metros);

- Com altura inferior a 1,0 m (um metro);
 - Com área de veiculação da publicidade superior a 36,0 m² (trinta e seis) metros quadrados.
- vii. A implantação de elementos de publicidade nos canteiros centrais será objeto de análise técnica sendo obrigatório o isolamento do suporte do painel ou assemelhado com a implantação de elementos de segurança e proteção, de acordo com as normas específicas.
- viii. Projetos Especiais com dimensões fora dos intervalos do item anterior, serão objeto de análise do DNIT.
- ix. As mudanças de imagem, em painéis eletrônicos, devem se realizar instantaneamente, devendo cada imagem permanecer por um período mínimo de 3 (três) segundos.
- x. As entidades administrativas municipais poderão apresentar projeto de publicidade do município a ser fixada sobre a via em pórticos ou semipórticos localizados próximos aos limites do perímetro urbano, atendendo às seguintes recomendações:
 - A mensagem a ser veiculada deve ser referente a identificação do município e suas potencialidades específicas (turísticas, produção natural ou industrial, riquezas naturais, etc.), excluídos os nomes das administrações municipais;
 - A diagramação das placas e o padrão do suporte devem estar de acordo com as especificações contidas no Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738 e com Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do DENATRAN;
 - A entidade administrativa municipal é a responsável pelo projeto, montagem, proteção e manutenção do dispositivo publicitário.
- xi. Todos os painéis terão que ser identificados, com uma placa nas dimensões máximas de 15 x 30 cm (quinze por trinta centímetros), não iluminadas, contendo o nome e o telefone da empresa ou pessoa física autorizada, bem como o número da autorização da CONCESSIONÁRIA.
- xii. Durante o prazo de vigência da Autorização, o autorizado deve promover obrigatoriamente a conservação/ manutenção do anúncio e da estrutura do painel, devendo removê-lo ao final desta.
- xiii. Sempre que julgado necessário pela CONCESSIONÁRIA, os painéis provisórios ou permanentes, serão isolados por barreiras ou defesa, de acordo com normas

específicas, devendo o autorizado mantê-los em bom estado de segurança e conservação.

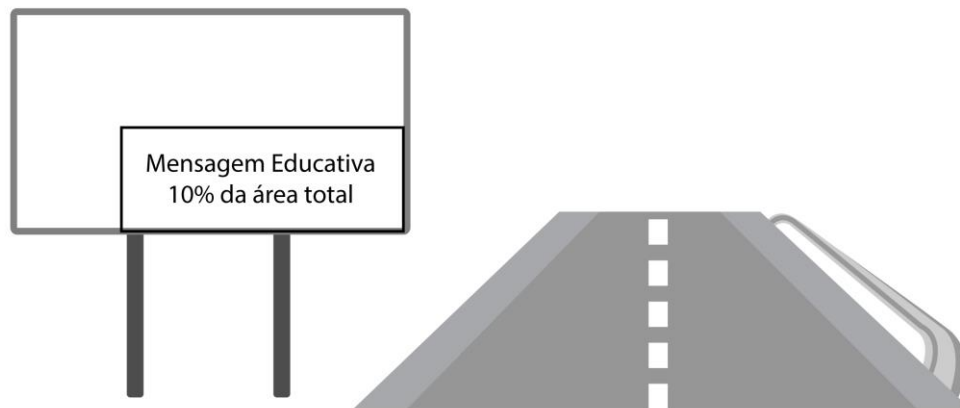
5.4 Conteúdo a Ser Veiculado

Sobre os conteúdos veiculados nos painéis, deverão ser observados os seguintes pontos:

- 5.4.1 As mensagens devem ser simples e objetivas, redigidas corretamente e isentas de expressões e desenhos inconvenientes ou contrários à ética, à moral, aos bons costumes e à legislação vigente, não devendo induzir à atividade ilegal, ou conter menções que sejam consideradas atentatórias à ordem pública e à ética publicitária ou que prejudiquem a percepção e a orientação do motorista, colocando em risco a segurança de trânsito.
- i. É vedado, no anúncio, o emprego de formas ou expressões que aludem à sinalização de trânsito ou que causem similaridade;
 - ii. Será inscrito diretamente sobre os anúncios, no seu ângulo inferior esquerdo, o nome do interessado, bem como no número do processo em que foi protocolada a entrega do anúncio e o número do cadastro, se for o caso.
- 5.4.2 Somente será permitida a exibição de imagens estáticas nos dispositivos.
- 5.4.3 Fica vedada a exibição de vídeos, animações e efeitos de transição entre imagens, que produzam movimento.
- 5.4.4 A exibição das mensagens educativas de trânsito obrigatórias de que trata o artigo 77-B e 77-C do CTB poderá ocorrer na mesma imagem do anúncio publicitário, respeitando o mínimo de 10% da área do anúncio ou, no caso de painéis luminosos ou eletromecânicos, poderá ocorrer alternadamente com a publicidade.
- i. Se exibidas alternadamente com a publicidade, as mensagens educativas de trânsito obrigatórias terão duração não inferior a 10 (dez) segundos e, a cada 10 mensagens veiculadas, uma deve ser reservada para mensagens educativas e informativas de interesse dos usuários;
 - ii. Para a veiculação das mensagens educativas para o trânsito, deverá ser observado o disposto na Resolução nº 351 de 14 de junho de 2010 do CONTRAN;
 - iii. As mensagens educativas estão definidas no capítulo 6 – Mensagens Educativas deste APÊNDICE;

- iv. De forma a ilustrar as especificações deste APÊNDICE com relação a exibição da mensagem educativa, apresenta-se a Figura 7.

Figura 7 - Esquema Ilustrativo – Exibição de mensagens educativas.



- 5.4.5 Deverão ser seguidas as especificações da Resolução N° 351/10 – CONTRAN, que entre outras especificações define o cálculo do tamanho da fonte da mensagem educativa de trânsito. O cálculo do corpo da fonte para painéis contemplados por este APÊNDICE será efetuado por meio de regra de três simples, em relação ao painel de 0,2 m² (zero vírgula dois metros quadrados), referência definida pela Resolução N° 351/10 - CONTRAN, que requer fonte de tamanho 30 (trinta), equivalente a 0,75 cm (zero vírgula setenta e cinco centímetros) de altura.
- 5.4.6 O painel luminoso não deverá servir de instrumento de interatividade com outros dispositivos eletrônicos (computadores, notebooks, tablets, telefones celulares, etc.) operados pelo público em geral, visando assegurar que textos e imagens de cunho particular não sejam encaminhados para exibição simultânea aos usuários da rodovia federal.
- i. A vedação do item anterior não se aplica aos casos em que a interatividade entre os dispositivos se dê em função dos serviços de manutenção e atualização de sistema, que deverão ser executados sob ordem e supervisão do responsável pela instalação do painel luminoso.
- 5.4.7 Não é permitido anúncio mediante o emprego de balão.

- 5.4.8 A CONCESSIONÁRIA poderá determinar a retirada ou relocação de qualquer mensagem e/ou painel de publicidade que venha a provocar interferência nociva à segurança do trânsito e/ou na paisagem, o que deve ser providenciado pelo interessado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado por escrito, endereçado pela CONCESSIONÁRIA através de seu preposto para o fim, não sendo devido nessa hipótese nenhum tipo de indenização.
- 5.4.9 Descumprida a notificação, a CONCESSIONÁRIA deve promover a retirada do anúncio, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como a cobrança dos respectivos custos operacionais com o automático cancelamento da Permissão.
- 5.4.10 Sempre que houver modificação no conteúdo veiculado, o Permissionário deverá informar à CONCESSIONÁRIA a nova mensagem que será veiculada.
- i. O anúncio enviado estará sujeito a avaliação da CONCESSIONÁRIA, podendo ser recusado e solicitado a retirada do mesmo do dispositivo publicitário;
 - ii. O conteúdo deverá ser enviado de forma online ou presencial na CONCESSIONÁRIA.

6. Mensagens Educativas

A seguir serão apresentadas as mensagens que deverão ser veiculadas, onde o autorizado a explorar deverá escolher somente uma dentre as aqui apresentadas para veicular em seu anúncio.

- 6.1 Acostamento somente em emergências.
- 6.2 Ao dirigir não use o celular.
- 6.3 Use sempre o cinto de segurança.
- 6.4 Use sempre o cinto de segurança, também no banco traseiro.
- 6.5 Evite acidentes, mantenha distância.
- 6.6 Motociclista, use proteção contra o cerol.
- 6.7 Nunca dirija com sono.
- 6.8 Nunca dirija cansado.
- 6.9 Respeite os limites de velocidade, previna-se, não corra riscos.
- 6.10 Usar o celular dirigindo causa acidentes.
- 6.11 Mantenha faixa esquerda livre.
- 6.12 Verifique pneus e combustível.
- 6.13 Acenda os faróis durante o dia, melhore sua segurança.
- 6.14 Mantenha os faróis regulados, previna-se, não corra riscos.
- 6.15 Crianças apenas no banco traseiro.
- 6.16 Em caso de incêndio na rodovia, comunique os Bombeiros: 193.
- 6.17 Faça revisões em seu veículo regularmente.
- 6.18 Cinto de segurança salva vidas.
- 6.19 No trânsito somos todos pedestres.
- 6.20 Capacete é a proteção do motociclista.
- 6.21 Transporte com segurança, use a cadeirinha.
- 6.22 Minha escolha faz a diferença no trânsito.
- 6.23 Escolha viver. Decida pelo trânsito seguro.

6.24 Pela família. Escolha o trânsito seguro.

6.25 Pela vida. Escolha o trânsito seguro.

6.26 Na cidade somos todos pedestres.

6.27 Pedestre, você também faz parte do trânsito.

6.28 Avance no respeito. Não avance na faixa.

6.29 Pedestre, dê o sinal para sua vida.

As mensagens serão constantemente atualizadas pelo DNIT, cabendo a CONCESSIONÁRIA manter esta listagem atualizada conforme DNIT.

7. Normas e Legislações

Para a construção e regularização de painéis publicitários nas faixas de domínio, serão consideradas as seguintes normas e legislações, tais como, mas não se restringindo a:

7.1 Lei Federal nº 9.503 de 23/09/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

- i. Rege o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação.

7.2 Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979.

- i. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

7.3 Lei Federal nº 6.938 de 31/08/1981 alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18/07/1989

- i. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

7.4 Lei Federal nº 7.347 de 24/07/1985.

- i. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

7.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.

7.6 Lei Federal nº 7.754 de 14/04/1989.

- i. Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

7.7 Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.

- i. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.8 Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998.

- i. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

7.9 Lei Federal nº 9.984 de 17/07/2000.

- i. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7.10 Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000.

- i. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

7.11 Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012.

- i. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- ii. Altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
- iii. Revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

7.12 Resolução nº 273 de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

7.13 Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738.

7.14 Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais – Publicação IPR 712.

7.15 Manual de Pavimentação – Publicação IPR 719.

7.16 Manual de Drenagem de Rodovias – Publicação IPR 724.

7.17 Especificações de Serviço do DNER.

7.18 Resolução nº 351 de 14 de junho de 2010 do CONTRAN.

- i. Estabelece procedimentos para veiculação de mensagens educativas de trânsito em toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

7.19 Instrução de Serviço nº 04 de 12/02/2016 do DNIT.

- i. Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados no Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-LEGAL e dá outras providências.